



DIVERSIDADES, CURRÍCULOS E CONSERVADORISMO: UMA ANÁLISE DO ESVAZIAMENTO DAS DISCUSSÕES SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE NA BNCC

Helôisa Monteiro Baita Amado de Sousa¹

Lara Aguiar Nogueira Gomes²

Kleverson Gonçalves Willima³

RESUMO: Em decorrência do grande número de casos de violências contra diversos grupos minorizados no país, torna-se necessária a abordagem das temáticas de gênero e sexualidade nas escolas. Com isso em mente, este trabalho objetivou analisar o esvaziamento desses temas na BNCC, principal política educacional norteadora da construção dos currículos escolares na atualidade. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfico-documental, de cunho qualitativo, a fim de construir as bases para uma análise crítica da Base. Os resultados encontrados nos mostram que não há um debate sobre questões de gênero e sexualidade no documento, e quando aparecem, ou são apenas abordados numa perspectiva linguística/discursiva (no caso do primeiro), ou tão somente são abordados num viés biológico/reprodutivista (no caso do segundo). Assim sendo, nota-se um claro esvaziamento e uma evidente exclusão de temáticas essenciais para uma formação cidadã, crítica e respeitosa das/os estudantes, ficando de lado a urgência de uma Educação Sexual crítica na Educação Básica.

Palavras-Chaves: Educação Sexual Crítica; Educação Básica; Gênero; Sexualidade; BNCC.

INTRODUÇÃO

O Brasil é um país fundado pelas/nas inúmeras formas de violência e autoritarismo (SCHWARCZ, 2019). Isso fica visível quando observamos a escalada de casos de discriminações e preconceitos tão frequentes no território brasileiro, como, também, os de gênero e sexualidade (WILLIMA; FERREIRA, 2023). Além disso, é igualmente possível perceber a realidade anteriormente exposta através dos diversos ataques feitos às/aos docentes, nos últimos anos, pelo Movimento Escola "Sem" Partido (MESP). O MESP, desde os seus fundamentos, sempre defendeu a imposição de currículos escolares sem as discussões sobre gênero e sexualidade, sob o argumento de que seria uma espécie de "perversão" das nossas crianças e adolescentes (CASTRO, 2019).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento de caráter normativo que tem por objetivo servir de base para a construção dos currículos escolares (BRASIL, 2018), segue a linha do MESP ao excluir essas discussões no decorrer do seu texto. Tal fato vai frontalmente contra aquilo que o próprio documento (finge que) defende em suas competências gerais, quando aponta para a necessidade do respeito às diferenças e às diversidades, além de também confrontar o que temos de mais inovador no campo curricular atualmente.

Tomaz T. da Silva (2005) nos mostra a necessidade de levarmos em consideração as discussões feitas pelos diversos movimentos sociais, como por exemplo os movimentos feministas

¹ Licencianda em História pelo IFFluminense *campus* Macaé. Pesquisadora vinculada ao Núcleo de Estudos sobre Educação e Realidade Brasileira - NEEREBRA - (CP II/CNPQ), coordenado pelo Prof. Dr. Matheus Castro. E-mail: helobaitaamado@gmail.com.

² Estudante secundarista do IFRJ. Pesquisadora vinculada ao NEEREBRA. E-mail: lara.gomes.ifrj@gmail.com.

³ Pós-graduando em Currículo, Didática e Metodologias Ativas pela FAMEESP. Licenciado em Letras - Português e Espanhol pelo Centro Universitário FAEL. Pesquisador vinculada ao NEEREBRA. E-mail: biokleverson@gmail.com.



(pensando questões de gênero) e os movimentos LGBTQIAPN+ (pensando questões de gênero e sexualidade), que a sua vez estão inscritas nas teorias pós-críticas dos currículos. O autor, argumentando sobre as possíveis ideias de currículo, nos afirma que "o currículo é sempre o resultado de uma seleção" (SILVA, 2005, p. 15), e isso nos indica claramente a relação entre o apagamento/esvaziamento e a exclusão de temas como gênero e sexualidade da BNCC e o movimento conservador/reacionário representado pelo MESP e suas proposições para um currículo que não contemple as temáticas supracitadas.

É diante desses fatos que o presente trabalho objetivou fazer uma análise da BNCC sob o recorte dos temas "gênero" e "sexualidade", a fim de verificar se há ou não a presença dessas temáticas no documento e, caso haja, em qual/quais contexto(s) elas aparecem. A justificativa deste trabalho, portanto, encontra-se no fato de que os currículos escolares não podem deixar de lado temas tão importantes quanto os que foram analisados por nós, não apenas por ser uma indicação da nossa própria Constituição e também da Declaração Universal dos Direitos Humanos, mas também por entendermos que são conhecimentos essenciais para todas as pessoas, cujo principal ponto é mitigar a onda de preconceitos e discriminações que só crescem no país.

METODOLOGIA

Para produzir este trabalho, foi feita uma pesquisa bibliográfica-documental, nos moldes de Krawczyk (2019) e Evangelista (2012), cujo objetivo principal é a construção de um sólido referencial teórico necessário à análise qualitativa crítica realizada na BNCC. A análise do documento começou pelo seu percurso social, histórico e político de formulação, já que nos apoiamos no Materialismo Histórico e Dialético para levar a cabo o processo de análise. Em seguida, já de posse desses dados e de autoras/es como Teixeira e Branco (2023), Souza (2020) e Silva (2005), por exemplo, que nos trazem observações importantes sobre a BNCC e sobre Teorias do Currículo, verificamos a presença ou ausência dos termos "gênero" e "sexualidade". Caso houvesse a presença desses termos, observamos em qual ou quais contextos eles aparecem, a fim de usar todas essas informações na nossa investigação, visando alcançar o objetivo proposto.

Este trabalho, portanto, está localizado na área da Educação, pensando nas relações entre políticas educacionais e questões curriculares concernentes a elas, sob o recorte de gênero e sexualidade nos documentos oficiais que legislam/orientam os processos educativos brasileiros na atualidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO



Ao fazer as análises pretendidas, verificamos a ausência, na BNCC, de discussões sobre gênero e sexualidade numa perspectiva mais integral, social. O termo "gênero" aparece somente enquanto categoria linguística, como gênero textual/discursivo ou digital, majoritariamente na grande área de Linguagens (BRASIL, 2018, p. 67). Já o termo "sexualidade" e suas possíveis derivações (sexual, sexuais) aparecem somente na área de Ciências, no Ensino Fundamental, sob uma perspectiva reprodutivista, biológica (BRASIL, 2018, p. 348-349). Quando aparece em outra área, o faz apenas em História, também no Ensino Fundamental, tratando das formas de violência contra homossexuais e outras populações marginalizadas (BRASIL, 2018, p. 431), apagando a existência das demais identidades, como as pessoas bissexuais, transexuais, intersexuais etc.

Os resultados encontrados mostram o peso da influência do MESP na Educação, em especial no que entra e sai da BNCC, haja vista ter sido ele o precursor da institucionalização da falácia da "Ideologia de Gênero" (CASTRO, 2019), categoria criada pela ultradireita (e endossada pelo MESP), cuja finalidade é esvaziar qualquer debate sobre gênero e sexualidade nas escolas. Tomaz T. da Silva (2005, p. 15) já nos demonstrou que falar de currículos é falar de seleção, ou seja, muitas questões ficarão de fora; resta saber o que o grupo hegemônico no poder, em determinado contexto histórico, vai escolher incluir ou não nas políticas educacionais (no nosso caso, a BNCC). Claramente, de acordo com o observado na BNCC, o grupo político hegemônico à época decidiu, deliberadamente, retirar esses debates do documento, ainda que estivessem presentes nos PCN e houvesse espaço para isso na Base, levando em consideração a competência geral 9 da Educação Básica (BRASIL, 2018, p. 10).

A competência geral de número 9, ao versar sobre o respeito às diferenças, à valorização das diversidades e sobre o respeito ao diferente e ao diverso, abria caminhos importantes para que discussões mais aprofundadas sobre gênero e sexualidade pudessem ocorrer, mas isso não acontece. Ao contrário, quando a base menciona sexualidade, o faz seguindo um viés puramente reprodutivo/biológico, esvaziando o que se entende atualmente por Educação Sexual. Willima e Ferreira (2023) nos afirmam que trabalhar a Educação Sexual em sala de aula vai muito além de sua mera relação com saúde e reprodução: tem a ver com questões sociais, culturais, comportamentais, discursivas, identitárias, embora também biológicas e reprodutivas, mas não só. Em poucas palavras, a Educação Sexual pode ser entendida como:

[...] uma prática educativa que visa, entre outras coisas, levar as/os discentes a entender melhor a si mesmas/os, a entender melhor o Outro, entender melhor os seus desejos e as transformações que ocorreram, ocorrem e ocorrerão em seu corpo, os seus sentimentos etc. Educação Sexual nada tem a ver com “ensinar a fazer sexo”, como muitos/as conservadores/as acreditam por aí. Além disso, a Educação Sexual também ajuda a evitar



abusos sexuais, a saber como reconhecer um abuso, a conhecer os limites do que pode e do que não pode com relação a nós e ao nosso corpo, diminui a taxa de assédios, previne gravidez na adolescência, previne IST, reduz homofobia e machismo, entre outras coisas (WILLIMA; FERREIRA, 2023, p. 4-5).

Portanto, é possível perceber que a exclusão desses debates na BNCC nos indica a presença de uma forte onda conservadora nas políticas educacionais brasileiras, algo que tem o potencial de nos trazer incontáveis problemas, como a exclusão ainda maior das relações assimétricas de gênero presentes na nossa sociedade, das discussões sobre as múltiplas violências de gênero existentes, sobre os cuidados que devemos ter com o nosso corpo, sobre como as mulheres são representadas discursivamente e os impactos disso na vida delas, isso apenas pensando na categoria "gênero". Quando pensamos na sexualidade, a exclusão dessa temática se mostra igualmente problemática: deixamos de abordar as múltiplas identidades sexuais e de gênero existentes (que estão para além do binarismo socialmente imposto), de discutir sobre as incontáveis violências pelas quais a população LGBTQIAPN+ passa todos os dias de suas vidas, de debater sobre a importância de uma cultura do respeito ao outro e as suas singularidades, centralizando o foco tão somente nas questões reprodutivas/biológicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer do trabalho, foi possível perceber que a abordagem de gênero e sexualidade nas políticas educacionais é extremamente importante para que tenhamos condições de promover uma Educação Sexual Crítica, nos moldes vistos acima. Como discutimos na seção anterior, esses temas não aparecem na BNCC da forma como deveria, sendo gênero tratado apenas numa perspectiva linguística/discursiva, e sexualidade sendo tratado tão somente num viés reprodutivista/biológico. Desse modo, é perceptível que a exclusão desses debates decorre, também, da onda ultraconservadora que temos vivido no Brasil e das influências explícitas do MESP no documento.

É preciso, então, que se pratique, nas salas de aula Brasil afora, independente do componente curricular, uma Educação Sexual crítica e compromissada com uma formação cidadã, responsável, reflexiva e respeitosa. Além disso, torna-se necessário, igualmente, continuarmos na luta pela revogação das políticas educacionais produzidas no contexto pós-golpe de 2016, em especial a Lei nº 13.415/17 e a BNCC, e pela construção de políticas que sejam efetivamente pensadas na coletividade, produzidas por indivíduos que fazem uso dos espaços escolares e/ou que pesquisam/teorizam sobre ele, a fim de tenhamos uma verdadeira, democrática e participativa reforma educacional.



REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

CASTRO, M. R. Capitalismo dependente, conservadorismo e educação: uma análise dos ataques reacionários à educação brasileira. **Trabalho Necessário**, v. 17, n. 33, mai.-ago. 2019.

EVANGELISTA, Olinda. Apontamentos para o Trabalho com Documentos de Política Educacional. *In*: ARAÚJO, R. M. L.; RODRIGUES, D. S. (Orgs.). **A pesquisa em trabalho, educação e políticas educacionais**. Campinas: Alínea, 2012.

KRAWCZYK, N. A política educacional e seus desafios na pesquisa: o caso do Brasil. **Revista de Estudos Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, v. 4, p. 1-9, 2019. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/retepe/article/view/13131>. Acesso em: 10 out. 2023.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SOUZA, Gessica Mayara de Oliveira. **A política curricular da BNCC e o Ensino Médio: currículo e contexto**. Dissertação (Mestrado) - UFPB/Educação. João Pessoa, 2020.

TEIXEIRA, P. C.; BRANCO, J. C. S. A BNCC em debate: políticas educacionais e alguns desdobramentos. **Revista Ponto de Vista**, v. 12, n. 1, 2023.

WILLIMA, K. G.; FERREIRA, B. I. A. e S. Gênero, Sexualidade e Ensino: por uma Educação Sexual Crítica nas aulas de língua materna. **VERUM: Revista de Iniciação Científica**, v. 2, n. 3, p. 02–23, 2023. Disponível em: <https://revistas.ceeinter.com.br/revistadeiniciacaocientifica/article/view/444>. Acesso em: 10 out. 2023.